



PESQUISA-AÇÃO EDUCACIONAL: UMA CRÍTICA ONTOLÓGICA

DOI: <http://dx.doi.org/10.17058/barbaroi.v2i52.11917>

Rafael Rossi

Faculdade de Educação FAED – UFMS - Brasil

RESUMO

Este artigo parte da análise crítica dos fundamentos que estão presentes na defesa da pesquisa-ação educacional. Para tanto, a elaboração de nossa crítica parte do solo social e histórico no qual a pesquisa-ação atua na atual forma de sociabilidade. As contribuições da perspectiva ontológica permitem apreender o correto equacionamento entre a teoria e a prática no âmbito da sociedade contemporânea e numa análise histórica e social. Demonstramos, com isso, que não é preciso realizar uma pesquisa-ação para aumentar o engajamento político dos pesquisadores com as populações que desenvolvem suas investigações, mas, antes de tudo, há a premência da produção de um conhecimento científico que apreenda a essência dos fenômenos sociais que são objetos da pesquisa.

Palavras-chave: Pesquisa; Crítica; Teoria.

Introdução

O tema da pesquisa-ação nas investigações educacionais é constantemente retomado enquanto procedimento necessário perante os pesquisadores que intencionarem, de fato, uma transformação individual e, ainda, perante todos aqueles comprometidos com uma mudança social radical.

Desse modo, resguardadas as enormes divergências que apresentam os autores que defendem a pesquisa-ação, de maneira geral, há o entendimento de que por meio desta prática há: 1) Uma aproximação maior dos pesquisadores com os sujeitos e as localidades que são investigadas, contribuindo dessa forma para a junção entre a teoria e a prática (alguns chegam, inclusive, a afirmar que neste tipo de pesquisa não há um “objeto”, pois este seria um termo muito negativo e depreciativo e, supostamente o correto seria considerar todos como

“sujeitos do conhecimento”); 2) a efetivação de uma transformação da prática social; 3) a construção de conhecimento de modo mais “enraizado” ou “territorializado” a partir das próprias demandas e necessidades de cada grupo envolvido e; 4) o desenvolvimento de uma metodologia de pesquisa que conseguiria formar “sujeitos pesquisadores, críticos e reflexivos” (FRANCO, 2005).

Entendemos que estes pressupostos que estruturam toda a reflexão sobre a pesquisa-ação estão mal equacionados e, por isso mesmo, desenvolveremos nossa crítica a cada um destes pilares que, muito frequentemente, aparecem como justificativas plausíveis e reais para o desenvolvimento desta metodologia nas investigações científicas em educação.

A partir das contribuições que a elaboração da abordagem ontológica nos oferece, podemos tecer uma *crítica de caráter ontológico* (CHASIN, 1988 a). Isto significa que não se trata de criticar por criticar, com premissas arrogantes nas quais se escolhe aquilo que deve ser mantido e aquilo que deve ser retirado de uma determinada teoria, meramente por gosto ou preferência. Ao contrário, consiste “em trazer ao exame racional, tornando-os conscientes, os seus fundamentos, os seus condicionamentos e os seus limites – ao mesmo tempo em que se faz a verificação desses conteúdos” tendo como parâmetro os “processos históricos reais” (NETTO, 2009, p. 775).

A perspectiva ontológica não implica na “criação” do objeto pelo sujeito que pesquisa. O sujeito não deve “recortar” seu objeto ou “aplicar” sobre ele um determinado método ou conjunto de procedimentos metodológicos. O sujeito deve mobilizar seus conhecimentos culturais, artísticos, filosóficos e científicos justamente para “traduzir, sob a forma de conceitos, a realidade do próprio objeto” (TONET, 2013 a, p. 14).

Uma vez que explicamos o significado de crítica para a teoria social que estamos baseados, podemos, agora, apresentar como se dá a divisão deste artigo: na segunda parte do texto (logo a seguir) apresentamos os pressupostos da pesquisa-ação tendo por base as elaborações de Tripp (2005) e Franco (2005) pois estes intelectuais conseguem sintetizar os principais pontos dos defensores dessa abordagem metodológica. Na terceira parte do escrito, desenvolvemos nossa crítica de caráter ontológico à pesquisa-ação a partir dos limites e possibilidades que a realidade objetiva coloca no tocante à produção do conhecimento científico. Por fim, nossas considerações finais guardam elementos centrais desta temática

que, certamente, é de grande polêmica na área da educação e, de modo mais amplo, nas ciências humanas e sociais.

Pesquisa-Ação: Principais Elementos

De acordo com a análise de Franco (2005) a pesquisa-ação, nos seus primórdios e em alguma medida ainda hoje, pautava-se por valores como:

[...] a construção de relações democráticas; a participação dos sujeitos; o reconhecimento de direitos individuais, culturais e étnicos das minorias; a tolerância a opiniões divergentes; e ainda a consideração de que os sujeitos mudam mais facilmente quando impelidos por decisões grupais. (FRANCO, 2005, p. 485).

Ou seja: tem-se como objetivo primordial a construção de relações mais democráticas na pesquisa e na própria realidade social dos envolvidos (pesquisadores e populações ou grupos em questão). Trata-se de um pressuposto de que “pesquisa e ação podem e devem caminhar juntas quando se pretende a transformação da prática” (FRANCO, 2005, p. 485).

Há uma série de tipos de pesquisa-ação: “participativa”, “crítica”, “emancipatória” etc. De modo geral, pode-se entender estes tipos como sendo:

- a) quando a busca de transformação é solicitada pelo grupo de referência à equipe de pesquisadores, a pesquisa tem sido conceituada como pesquisa-ação colaborativa, em que a função do pesquisador será a de fazer parte e cientificar um processo de mudança anteriormente desencadeado pelos sujeitos do grupo;
- b) se essa transformação é percebida como necessária a partir dos trabalhos iniciais do pesquisador com o grupo, decorrente de um processo que valoriza a construção cognitiva da experiência, sustentada por reflexão crítica coletiva, com vistas à emancipação dos sujeitos e das condições que o coletivo considera opressivas, essa pesquisa vai assumindo o caráter de criticidade e, então, tem se utilizado a conceituação de pesquisa-ação crítica;
- c) se, ao contrário, a transformação é previamente planejada, sem a participação dos sujeitos, e apenas o pesquisador acompanhará os efeitos e avaliará os resultados de sua aplicação, essa pesquisa perde o qualificativo de pesquisa-ação crítica, podendo ser denominada de pesquisa-ação estratégica (FRANCO, 2005, p. 485-486).

Percebemos que, em cada caso, trata-se de uma modalidade ou tipo de pesquisa-ação, mas sempre, envolvendo necessariamente o pressuposto de coletividade e a vontade de transformação social. Talvez até mesmo este seja o motivo maior para o seu uso amplíssimo na área educacional, já que:

Quero com isso esclarecer que a pesquisa-ação, estruturada dentro de seus princípios geradores, é uma pesquisa eminentemente pedagógica, dentro da perspectiva de ser o exercício pedagógico, configurado como uma ação que cientificiza a prática educativa, a partir de princípios éticos que visualizam a contínua formação e emancipação de todos os sujeitos da prática (FRANCO, 2005, p. 489).

Parte-se do pressuposto de que a pesquisa quando se mobiliza para a prática tende a enriquecer a própria investigação científica e isto, por sua vez, é entendido por seus defensores como uma evidência concreta de seu caráter educativo e pedagógico. Em outras palavras: “o saber produzido é necessariamente transformador dos sujeitos e das circunstâncias” (FRANCO, 2005, p. 490). E, desse modo, por meio desta “metodologia de pesquisa” seria possível a formação de “sujeitos pesquisadores, críticos e reflexivos” (FRANCO, 2005, p. 501).

Para Tripp, por sua vez, reconhecido intelectual em nível nacional e internacional da área da “investigação-ação”, a pesquisa-ação educacional é “principalmente uma estratégia para o desenvolvimento de professores e pesquisadores de modo que eles possam utilizar suas pesquisas para aprimorar seu ensino” (TRIPP, 2005, p. 445). A este respeito:

[...] embora a pesquisa-ação tenda a ser pragmática, ela se distingue claramente da prática e, embora seja pesquisa, também se distingue claramente da pesquisa científica tradicional, principalmente porque a pesquisa-ação ao mesmo tempo altera o que está sendo pesquisado e é limitada pelo contexto e pela ética da prática (TRIPP, 2005, p. 447)

Um alicerce essencial deste tipo de pesquisa é o fato de que há um:

[...] relacionamento recíproco entre pesquisa e prática aprimorada é que não apenas se compreende a prática de modo a melhorá-la na pesquisa-ação, mas também se ganha uma melhor compreensão da prática rotineira por meio de sua melhora, de modo que a melhora é o contexto, o meio e a finalidade principal da compreensão (TRIPP, 2005, p. 450)

Por se preocupar com a transformação da prática do local em que se inserem as populações ou grupos envolvidos também não só como meros objetos, mas sim, supostamente como “protagonistas” ou “sujeitos coletivos do conhecimento”, Tripp explica que a pesquisa-ação emancipatória é:

Essa é uma outra variação da pesquisa-ação política, que tem como meta explícita mudar o status quo não só para si mesmo e para seus companheiros mais próximos, mas de mudá-lo numa escala mais ampla, do grupo social como um todo. As sufragistas, por exemplo, não queriam simplesmente obter para elas mesmas o direito de votar, mas sim garantir que todas as mulheres tivessem esse direito. Assim também a pesquisa-ação emancipatória é uma modalidade política que opera numa escala mais ampla e constitui assim, necessariamente, um esforço participativo e colaborativo, o que é socialmente crítico pela própria natureza. Não é preciso dizer que a pesquisa-ação emancipatória ocorre muito raramente (TRIPP, 2005, p. 458).

Em suma, podemos claramente verificar nos pressupostos da pesquisa-ação os seguintes elementos: 1) uma *valorização praticista da transformação social* e uma desconsideração da produção de conhecimentos científicos efetivos; 2) uma banalização do conceito de emancipação que é apresentado como de conhecimento geral, não sendo aprofundado seu significado; 3) uma *desconsideração* perante os *limites e as possibilidades que a totalidade social* coloca à produção do conhecimento; 4) um idealismo enorme que compreende a *autonomia* dos pesquisadores imbuída de um *poder absoluto* de contribuir com significativas melhorias nas vidas dos grupos presentes nestas investigações que, em geral, são trabalhadores de vários ramos em condições extremamente precárias de vida. Vejamos melhor a insustentabilidade dos pressupostos da pesquisa-ação no próximo item.

Totalidade e Conhecimento Científico

Para ilustrar a importância em avançar sobre as aparências, por meio da pesquisa científica, vejamos:

Quando um operário encosta a barriga no balcão do Departamento de Pessoal de uma fábrica qualquer para pedir emprego, ele está disposto a que? A vender a sua força de trabalho. E o sujeito que o atende no balcão, que representa o capital, está disposto a comprar a força de trabalho. Tendo o balcão por peça de referência. Tendo indivíduos de cada lado que estabelecem um diálogo muito preciso, um querendo vender uma coisa, o outro querendo comprar uma coisa. Qual é o suposto disso? Está suposta uma igualdade. Entre o que compra e o que vende. Um é livre para vender, o outro é livre para comprar. Tudo aparece ali como se fosse uma transação entre iguais. E o é a nível fenomênico. Mas, e a nível essencial, ontológico? Aquela igualdade esconde uma desigualdade de raiz e de essência. Esconde que o sujeito só vai lá vender porque é a única maneira de sobreviver. Portanto, a pseudoliberalidade, a aparência fenomênica, tem uma subordinação de raiz, que ele não pode vencer a não ser pela morte. Ele está coagido a vender, mas a aparência é de livre venda. Ora, o fenômeno aparece objetivamente como mistificação. Não é a mistificação da palavra ou da consciência, é da própria realidade. A realidade é mistificada. É uma realidade que em linguagem hegeliana e mesmo marxista se pode dizer falsa. O empírico é falso. Olha como isso acaba com

o positivismo de uma vez. Se o dado empírico é o ponto de partida e de chegada, se a partir do dado empírico eu faço ilações em termos de leis abstratas e genéricas, se toda a ciência é a constituição de universais abstratos a partir do fenômeno, num fenomênico falso o que eu tenho? Que a lei abstrata é a generalização da verdade falsa. E o positivismo comete esse engano sempre. (CHASIN, 1988 b, p. 08-09)

Em linhas gerais, a dinâmica social contemporânea implica em: 1) aumento das desigualdades sociais e da concentração da riqueza; 2) destruição ambiental; 3) crises cada vez mais graves e acentuadas até o momento de crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2002) e; 4) no plano do conhecimento teremos a proliferação de tendências irracionistas que deturpam e rebaixam a humanidade de cada indivíduo em uma essência imutável, mesquinha e concorrencial supostamente por “natureza” com uma profunda fragmentação extremamente particularista entre as diversas ciências e, também, no interior delas mesmas.

Toda esta análise tem por pressuposto um argumento de cunho ontológico fundamental: o trabalho é a única categoria que funda o ser social, o que significa que a humanidade e o ser humano se formam enquanto tais a partir do momento em que precisam produzir e reproduzir as condições materiais da existência social. Ao fazerem isso, os seres humanos geram conhecimentos, habilidades, técnicas, valores, comportamentos etc. que podem ser utilizados em uma série amplíssima de outras situações e, com isso, surgem outros complexos sociais (educação, ciência, arte, política, ideologia, etc.) com funções distintas entre si no processo de reprodução da sociedade.

Portanto, não se trata de resumir toda a realidade social à categoria do trabalho. Esta mesma realidade será formada pela interação qualitativa das várias dimensões que a compõem, formando uma *totalidade*. É a totalidade que será a *mediação* entre a forma específica do trabalho presente em cada modo de produção e a atuação concreta de cada complexo social. A totalidade não será a mera soma das partes, mas sim a interação das determinações recíprocas das várias dimensões sociais. Caberá à totalidade social colocar o campo de limites e possibilidades para cada uma dessas dimensões atuar, como nos mostra o trabalho de Andrade (2011).

Estas reflexões não foram “criadas” por algum filósofo baseado na ontologia, em “colaboração” com a atuação “participativa” de outros pensadores. Estas reflexões existem na realidade objetiva. Não é o pesquisador que cria o seu objeto.

A teoria é “o conhecimento do objeto tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador” (NETTO, 2009, p. 776). Por meio da teoria, “o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa”, sendo que esta reprodução “será tanto mais correta e verdadeira quanto mais fiel o sujeito for ao objeto” (NETTO, 2009, P. 776). Importante afirmar aqui que não se trata de uma “reprodução mecanicista ou fotográfica”, mas, que capte, apreenda, explique a malha das múltiplas determinações que se estabelecem entre a totalidade social e o objeto ou fenômeno em investigação.

As técnicas e os procedimentos metodológicos não são o fim da pesquisa, na perspectiva da ontologia. Estes instrumentos devem ser “meios de que se vale o pesquisador para ‘apoderar-se da matéria’, mas não devem ser identificados com o método” (NETTO, 2009, p. 779). Isto significa que o ponto de partida para a pesquisa é a realidade imediata, fenomênica, empírica. Todavia, quanto mais se pesquisa, mais se descobrem relações, dinâmicas, processualidade, articulações e contradições que estão operando no movimento estrutural do fenômeno pesquisado com outras dimensões sociais e com a própria totalidade na qual está inserido e atuando historicamente. Parte-se da *aparência*, mas almeja-se a compreensão da *essência* do objeto, de sua dinâmica mais interna, sua estrutura e seu desenvolvimento constitutivo.

No que nos interessa mais diretamente neste texto é o que diz respeito ao conhecimento nesta forma de sociabilidade. Percebemos como que a função social da teoria e da pesquisa que se predisponha efetivamente produzir conhecimentos científicos, não é o engajamento prático com as populações ou grupos investigados, como se isso fosse um parâmetro para a atuação crítica ou não dos pesquisadores envolvidos.

A função social da pesquisa científica é *revelar o movimento essencial* do seu objeto. Além disso, se, de modo geral, a teoria está apartada da prática social isto não será resolvido meramente por uma nova “abordagem” metodológica como se propõe a resolver a pesquisa-ação.

O *sujeito fundamental* do conhecimento, porém não único, são as classes sociais e isto por que:

São elas que, pela sua natureza fundada no processo de produção, põem determinadas exigências e determinada perspectiva. Porém, de novo, são os indivíduos que elaboram teorias, explicações e concepções de mundo. Ao elaborarem suas teorias, porém, os indivíduos, expressam, ao nível teórico, de modo consciente ou não, os interesses mais profundos das classes sociais. Isto significa que também no processo de construção do conhecimento existe uma articulação entre sujeito coletivo (classes sociais) e sujeito individual (indivíduo singular), sendo o primeiro o momento predominante.

Vale a pena enfatizar, para evitar mal-entendidos, que a afirmação da prioridade da classe como sujeito fundamental da história e do conhecimento não significa nenhuma determinação mecânica da classe sobre o indivíduo. O que se quer afirmar é que a classe, pela sua natureza, estabelece o campo, nunca absolutamente rígido, no interior do qual o indivíduo exercerá o seu poder ativo. (TONET, 2013 a, p.17)

O poder material dominante é exercido justamente pelas classes dominantes que comandam o processo de trabalho. Desse modo, serão as suas demandas, seus interesses e exigências que irão prevalecer nas pesquisas científicas. Um exemplo muito rápido para ilustrar o que estamos afirmando: quando uma determinada agência de financiamento abre um edital para envio de propostas, hipoteticamente falando, sobre a relação entre sociedade e natureza. Um grupo de pesquisadores que tente trabalhar com a “conscientização ambiental”, com a educação para a “sustentabilidade”, enfim, que trabalhe com o pressuposto de que é possível uma relação harmônica entre a sociedade e a natureza na ordem societária atual terá, indubitavelmente, chances exponencialmente maiores do que outro grupo de pesquisadores que pretenda comprovar histórica e cientificamente que a destruição ambiental é parte constitutiva desta sociedade. Não precisa escrever muito mais para averiguar quais as demandas e interesses de classes sociais verificamos em cada uma dessas proposituras.

Dessa maneira, não é o engajamento direto com os grupos investigados que garante o “compromisso social crítico” de um pesquisador. Se for produzido, de fato, um conhecimento que apreenda a essência do fenômeno estudado em suas articulações com os limites e as possibilidades colocados pela totalidade social na qual vivemos, isto permitirá atender, realmente, os interesses mais profundos dos trabalhadores, mesmo que eles não tenham consciência disto. A única classe que demanda um conhecimento radical, que agarre os fundamentos sociais e históricos dos processos em questão, é a classe trabalhadora.

Não é a suposta junção dos pesquisadores com os grupos investigados que garante a união “emancipadora” da pesquisa com a ação, ou da teoria com a prática. Toda teoria, de fato

crítica, parte da realidade e a reproduz em sua essência para além das superficialidades enganadoras de sua aparência.

A pesquisa-ação não conseguirá jamais alterar um grama do poder de exploração sobre o trabalho das populações que se propõe a investigar. Não contribuindo para acabar com a raiz de todas as desigualdades sociais, mais cedo ou mais tarde, o próprio movimento social tende a agravar ainda mais as condições de vida dos próprios trabalhadores. Isto não é um defeito desta sociedade. É parte de sua lógica essencial, é inerente à sua dinâmica.

Considerações Finais

Com o presente texto apresentamos os principais pressupostos presentes na defesa daqueles que argumentam em favor da pesquisa-ação. Parte-se do princípio que a teoria está descolada da prática e que esta união pode ser refeita por meio do engajamento direto dos pesquisadores com o cotidiano e as dificuldades enfrentadas pelos grupos e populações que investigam. Além disso, argumenta-se que a pesquisa-ação pode contribuir com substantivas transformações sociais sendo, inclusive, algumas delas de cunho emancipador e crítico, num suposto exercício democrático de formação de pesquisadores críticos e reflexivos.

Não estamos desprezando de modo apressado ou pueril todas as contribuições desses diversos autores que defendem a pesquisa-ação, mas, confrontando suas elaborações com o campo de limites e possibilidades que a totalidade social coloca tanto na produção do conhecimento, quanto no que diz respeito à separação entre a teoria e a prática.

Para a perspectiva ontológica (que se configura efetivamente numa tradição filosófica que remonta desde os gregos) a teoria deve reproduzir o movimento essencial do objeto que, por sua vez, existe efetivamente na própria realidade independentemente de ser pesquisado ou não. A maioria das teorias pós-modernas, há muito renegaram as categorias da totalidade, da essência e sua distinção com a aparência dos fenômenos.

Com isso, afirma-se, de modo geral, não ser possível um conhecimento da totalidade social, mas apenas de suas minúsculas partes. Não por um acaso qualquer, neste mesmo raciocínio, podemos verificar uma infinidade de dissertações e teses em educação analisando questões extremamente particulares de contextos singulares (em suas relações de micro poder) e sem a necessária reflexão com a sociedade em que vivem e o seu movimento histórico.

A superação da fragmentação no campo do conhecimento, não passa pela implantação da “metodologia” da pesquisa-ação. A fragmentação é uma decorrência necessária deste mundo, no qual, em última instância, a produção da riqueza material social não é controlada e organizada em absoluto pelos próprios produtores. Ainda mais: outro ponto que merece ser destacado é o fato de que o conhecimento e a ciência não possuem uma *autonomia absoluta* frente às classes sociais em luta.

Os pesquisadores que de fato, na educação e nas ciências humanas e sociais de maneira geral, produzirem conhecimentos científicos sobre seus respectivos objetos de estudo, sem colocarem seus desejos, vontades, anseios ou utopias acima do que o objeto é em si mesmo; em outras palavras: os pesquisadores que realmente produzirem ciência, traduzindo teoricamente a essência dos fenômenos em questão já estarão dando uma enorme contribuição à luta dos trabalhadores rumo a uma sociedade emancipada humanamente.

Em suma o verdadeiro compromisso dos intelectuais e, por conseguinte, dos pesquisadores é a elaboração teórica de qualidade que permita compreender a sociedade atual contemporânea de modo efetivamente científico e não com relativismos de toda ordem, com misticismos variados ou vulgaridades quaisquer. Sem uma teoria de qualidade, os trabalhadores continuarão perdidos e desorientados em suas lutas cotidianas, confundindo objetivos imediatos com o objetivo maior de sua própria posição de classe. Isto não quer dizer que todos os trabalhadores precisam ser especialistas intelectuais dos mais variados assuntos, mas, apenas, que eles precisam ter acesso a uma elaboração teórica que agarre os fundamentos e o movimento essencial da sociabilidade em que vivem para, efetivamente, transformarem-na de modo humanamente emancipatório.

EDUCATIONAL ACTION-RESEARCH: NA ONTOLOGICAL CRITICAL

Abstract

This article starts from the critical analysis of the fundamentals that are present in the defense of educational action research. For this, the elaboration of our critique is based on the social and historical ground in which action research acts in the current form of sociability. The contributions of the ontological perspective allow us to grasp the correct equation between theory and practice within contemporary society and in a historical and social analysis. We thus demonstrate that action research is not necessary to increase the political engagement of researchers with the populations who carry out their research, but above all there is the need to produce a scientific knowledge that grasps the essence of phenomena that are objects of research.

Keywords: Research; Critical; Theory.

INVESTIGACIÓN-ACCIÓN EDUCACIONAL: UNA CRÍTICA ONTOLÓGICA

Resumen

Este artículo parte del análisis crítico de los fundamentos que están presentes en la defensa de la investigación-acción educativa. Para ello, la elaboración de nuestra crítica parte del suelo social e histórico en el cual la investigación-acción actúa en la actual forma de sociabilidad. Las contribuciones de la perspectiva ontológica permiten aprehender la correcta ecuación entre la teoría y la práctica en el ámbito de la sociedad contemporánea y en un análisis histórico y social. Demostramos, con ello, que no es necesario realizar una investigación-acción para aumentar el compromiso político de los investigadores con las poblaciones que desarrollan sus investigaciones, pero, ante todo, hay la premencia de la producción de un conocimiento científico que aprehende la esencia de los fenómenos sociales que son objetos de la investigación.

Palabras clave: Investigación; Crítica; Teoría.

Referências

ANDRADE, A. M. **Trabalho e Totalidade Social: O Momento Predominante da Reprodução Social na Ontologia de Lukács.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Universidade Federal de Alagoas – UFAL, 123 p. 2011.

CHASIN, J. **Superação do Liberalismo.** 1988 a. Aulas ministradas durante o curso de pós-graduação em Filosofia Política, promovido pelo Dep. de Filosofia e História da Universidade Federal de Alagoas, de 25/01 a 06/02 de 1988. A transcrição é literal. Mimeo.

CHASIN, J. **Método Dialético.** Aulas ministradas durante o curso de pós-graduação em Filosofia Política, promovido pelo Dep. de Filosofia e História da Universidade Federal de Alagoas, de 25/01 a 06/02 de 1988 b.

FRANCO, M. A. S. Pedagogia da Pesquisa-Ação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, 2005.

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital.** São Paulo: Boitempo, 2002.

NETTO, J. P. Introdução ao método da teoria social. In: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS; Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília – DF, p. 769-806, 2009.

TONET, I. **Método Científico – Uma abordagem ontológica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013 a.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, 2005.

Sobre o autor

Rafael Rossi é docente vinculado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Endereço eletrônico: rafaelrossi6789@hotmail.com